

O REGIONALISMO DO BRASIL

Matias Spektor

Sumario-Working Paper nº 16, Julho de 2011



O Regionalismo do Brasil

Matias Spektor

Sumário

Este artigo explica a trajetória da postura brasileira para a América do Sul durante as duas últimas décadas com foco em três tipos de fatores causais: incentivos materiais, idéias e política interna. Tendo em vista a enorme complexidade do fenômeno em questão, o artigo foca sua preocupação na resposta às seguintes perguntas básicas: Por que os últimos vinte anos assistiram a um progressivo envolvimento brasileiro na região? Quais as origens da noção de ‘América do Sul’? Por que o ativismo brasileiro ganhou sua forma atual?

Os últimos trinta anos assistiram a uma guinada regionalista da política externa brasileira. Basta lembrar que, até 1981, nenhum chefe de Estado havia posto os pés na Colômbia ou no Peru. Esse processo ganhou profundidade e alargamento durante as gestões de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Donos de estilos pessoais muito distintos, eles lidaram com pressões estruturais e conjunturais no sentido de aumentar o engajamento regional do Brasil. Em alguma medida, o movimento era inescapável dada a expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul. Mas é plausível imaginar cenários alternativos nos quais o Brasil teria apostado menos na construção de uma rede regional de normas, princípios, práticas e instituições capazes de dar alguma autonomia política à vizinhança imediata.

Apesar da direção claramente integracionista de ambos os governos, o padrão resultante não é óbvio nem natural. Trata-se de um modelo distinto da postura tradicional de potência regional, na qual a ordem na vizinhança é “organizada” pelo principal país por meio de incentivos aos vizinhos que podem ser positivos (concessões, acesso privilegiado a mercado, reconhecimento de status especial etc.) e negativos (sanções, regras estritas e, no limite, uso da força). Tampouco constitui um modelo de hegemonia por cessão de soberania, na qual o país mais poderoso de uma região entende que, dada a força estrutural de sua economia e mercado, a existência de entidades de governança supranacionais termina por beneficiar o país mais forte, amarrando os menores e também reassegurando-os.

A opção brasileira inclui alguma dose de institucionalização, mas sempre estritamente controlada por Brasília em função de um cálculo de interesse nacional. Há alguma ênfase na produção política de concepções comuns de ordem regional, com foco em normas como democracia e direitos humanos, mas também normas de soberania, não intervenção e autonomia jurídica que, em grande medida, entram em choque com as primeiras. O resultado disso é um sistema com diversas camadas de institucionalidade

onde o Brasil tem voz e voto, mas pouca discrição para “organizar” seu espaço regional. Finalmente, o artigo aponta os principais riscos, problemas e contradições dessa posição.